

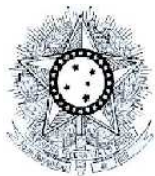
**Discurso proferido na sessão de 09 de agosto de 1954,
publicado no DCD de 10 de agosto de 1954, página 5483.**

O SR. AFFONSO ARINOS – Sr. Presidente, peço desculpas a Vossa Excelência e aos nobres colegas desta Casa se início este discurso, que considero de grave responsabilidade para a liderança da minoria, falando de mim. Ao fazê-lo, entretanto, desejo apenas justificar perante os nossos ilustres pares as razões pelas quais ousaria solicitar que a minha oração fosse recebida no mesmo clima em que pretendo pronunciá-la: num clima de receptividade para o debate, de compreensão para as divergências, de entendimento para a singularidade de julgamento do pensamento e, sobretudo, de paciente acolhimento mesmo para a elocução destas palavras.

Não me encontro em condições favoráveis à sustentação de um debate contumelioso. Recebi de correligionários esta noite, cerca de duas horas da madrugada, no meu hotel de Belo Horizonte, solicitação para que regressasse imediatamente ao Rio pela necessidade de participar dos debates que hoje aqui se deviam desenvolver. Ocorrendo a hipótese, aliás freqüente, quase forçada, da ausência de passagens nos aviões matinais, resolvi sair da nossa Capital cerca de duas horas da manhã tendo viajado a noite inteira, praticamente sem me deter, senão para abastecer o meu carro de gasolina. Estou, assim, além das minhas deficiências naturais, que reconheço também com os nervos um pouco abalados pela fadiga desse esforço.

Venho, depois de tantos pronunciamentos autorizados, depois de tantas palavras ponderadas, algumas inflamadas, mas que todas vergastaram, com indignação e sobrançaria, o imundo atentado ocorrido em uma das ruas de um bairro familiar desta Capital, e que, tendo por alvo uma das grandes vozes da oposição, veio ferir de morte um soldado do Brasil que ali se encontrava, como no comum da sua obscura vida, não em serviço ou tarefa de natureza pessoal, senão defendendo aquilo que há de mais puro e mais alto como inscrição nas cores da nossa bandeira – venho, Sr. Presidente, em nome de meu Partido, tecer algumas considerações - ai de mim, melancólicas - formular (quem sabe?) alguns presságios - ai de mim! - sombrios - e levantar algumas indagações, possivelmente mais do que irrelevantes, terrivelmente graves dentro do silêncio que começa a se abater sobre o nefando crime!

O que ocorreu não é fato sem precedente, e não será, infelizmente, acontecimento



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

sem conseqüências. Os réprobos da verdade, os perseguidos pelo clamor da opinião, os fugitivos, os egressos da claridade do livre debate, Senhor Presidente, muitas vezes têm sido levados por considerações primárias de autodefesa, a suprimir um ou outros dos instrumentos ou dos veículos, mediante os quais essas verdades se declaram, esses julgamentos se processam, esta luz da opinião espanca a obscuridade circundante.

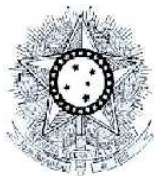
Mas no caso que vitimou o Major da Aeronáutica e que milagrosamente poupou ao jornalista Carlos Lacerda, o desforço pessoal, a violência direta, dentro do seu caráter execrando, apresenta circunstâncias particulares de repulsão!

Compreendo, aceito que o excesso desencadeado das paixões que turbilhonam da oratória do tribuno ou da pena do escritor, possa e até, certas vezes, deva provocar revides de natureza violenta.

Mas nós temos que estabelecer uma gradação - e por que não dizê-lo? - uma hierarquia entre as diferentes manifestações desse revide; temos que distinguir o duelista do homicida e o homicida do sicário. Temos de compreender que o torneio de cavalheirismo antiquado, obsoleto, tantas vezes reprovado pela legislação penal, que é o duelo, não deixa de ser um revide pessoal, um desforço violento de paixões que se incendeiam e que se alçam na cólera. Temos também de aceitar que o ferro ou o fogo do homicida que se erguem e se abatem contra a sua vítima, não podem deixar de apresentar certos laivos grandiosos de tragédia. E se não existisse essa beleza trágica no impulso do homicida que se vinga, na fúria do assassino que dessedenta no sangue do outro, a sede de sua própria paixão, negaríamos nós, Senhor Presidente, algumas das mais belas, das mais comoventes, das mais acendradas páginas da poesia universal.

Como poderíamos defrontar-nos com as inesquecíveis passagens sobre Júlio César que gênio shakespeariano nos legou? Como poderíamos nós, se não encontrássemos beleza na tragédia do homicida, nos comover diante daqueles versos em que o poeta inglês nos relata a cena de agressão de Brutus sobre César? Aí existe realmente a grandeza da tragédia. Mas o sicário, o torvo sicário, o macilento, o agido, o venal sicário, o assassino de aluguel, o homem que empresa a morte daquele a quem não odeia, isso, Senhor Presidente, está além da sensibilidade dos corações bem formados e além da revolta dos cérebros mais pacientes!

O que se passou na Rua Toneleros não foi o golpe do duelista romântico, não foi o bote do homicida apaixonado, foi a espera, foi a tocaia noturna, foi a guarda do morcego repulsivo para desferir, sem ódio, para desferir sem razão, a fim de lançar



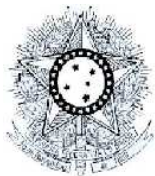
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

convenientemente, na sua conta de "deve" e "haver", o golpe traiçoeiro, o fogo mortífero, a emboscada da traição que, poupando aquele a quem deveria ser dirigida, veio, no entanto, ceifar, na flor de sua glória, uma das vidas de humildade mais rutilante, uma das vidas de modéstia mais poderosa, uma das vidas de obscuridade mais rica que este país tem produzido.

Senhor Presidente, é esta a situação em que se encontra a capital do País; é esta a situação em que se encontra o nosso país com a sua Capital. É esta a situação que encontra os círculos governativos do Brasil, para edificação, para exemplo, para evangelho, para catequese da nossa massa obscura, incompreendida e ignorante. São estes os exemplos que se dão para solução das divergências. São estas as contas que se ajustam para resolução dos debates de natureza política. O nosso país se afunda, se anula, se consome e desaparece, numa onda espantosa de criminalidade social, de criminalidade fundada no que há de mais grave na senda na escala do crime, porque é, Senhor Presidente, a criminalidade praticada por aqueles que estão incumbidos de fazer respeitar a lei penal. Esta Câmara tem sido testemunha e, até certo ponto, partícipe, esta Câmara tem sido informante e depoente e também muitas vezes, co-participante de episódios que estarreceriam, se apenas sonhados, que encheriam de espanto e de pavor, se apenas entrevistados, as gerações políticas que nos antecederam. Vemos assentar-se, neste país, a captura, a coleta, o ganho dos recursos políticos nas entrelinhas do Código Penal; vemos a prática, diuturna e escancarada, das infrações das leis de contravenção penal servindo de base a processo de amealhamento dos tesouros eleitorais; assistimos a reputações impolutas se desfazerem na vala comum da cobiça do jogo; assistimos, nesta Casa, através de uma Comissão por nós constituída, à incisão purulenta de um dos mais inomináveis, de um dos mais abjetos abcessos que tem corrompido o organismo de qualquer nação; assistimos, por duas vezes, a esse espetáculo do Banco, do instituto, da fundação, da empresa a que o Estado oferece a sua mão poderosa para auxiliar o esforço produtor dos pequenos que mourejam no nosso interior, se transformar em um instrumento servil, em um instrumento repelente, em um instrumento subalterno, através da Carteira de Exportação e Importação e através da sua Carteira de Crédito Geral, dos mais torvos e dos mais torpes negócios de enriquecimento ilícito e de beneficiamento da corrupção da imprensa em nosso País; assistimos a morte vir das mãos de quem deve guardar a vida; assistimos cair inerme, escouceado, espezinhado, com o esqueleto triturado pela bota bestial dos janizaros, um homem cuja



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

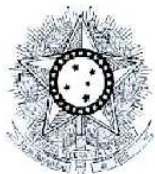
Escrevendo a História - Série Brasileira

vida, humilde e desconhecida, tinha sido toda dedicada ao mister sublime de iluminar e esclarecer a opinião através das colunas dos jornais; assistimos o povo ter medo dos guardiães da ordem; assistimos as famílias caírem oprimidas, transidas de pavor, quando se aproxima o carro funéreo, da polícia, carro que devia trazer consigo a confiança, o esclarecimento, a boa-vontade e a tranqüilidade; assistimos a esse poder tremendo, que é o poder da polícia - poder que em todos os regimes e em todos os Estados, juntamente com o poder fiscal, é o maior e o mais terrível de todos os poderes estatais - transformar-se em instrumento de opressão e de terrorismo, das mais imundas tropelias, das mais vivas crueldades, das mais desavergonhadas corrupções; assistimos o sangue e a lama; assistimos o terror dos fracos e o grito, o jogo, o câmbio negro; assistimos as delícias da inflação fazerem com que o Major da Força Aérea Brasileira não tivesse dinheiro para o telefone, enquanto que seu assassino possuía uma casa de campo!

Senhor Presidente, eu não falo como homem de oposição; eu não falo como líder da minoria, eu não falo como adversário do Governo. Eu falo com a voz estertorada de angústia, eu falo com o coração espezinhado de dor, eu falo com sentimentos revoltados de patriota, eu falo em nome de todos os brasileiros que têm qualquer coisa a defender neste resto que ainda nos sobra de país, que têm qualquer respeito a manter por esse trapo de Bandeira que ainda se arrasta! (Palmas) E é com esses sentimentos, é com essa mágoa calorosa, com essa dor e esse sofrimento que eu venho, em face do povo, em nome do meu Partido, perguntar, reclamar, exclamar: Em que país estamos nós?! Em que país estamos nós que fatos como esses se processam há dias, que acontecimentos como os relatados se desenrolem há dezenas de horas e não há esperança de que se possa chegar ao fim deste túnel, e não há esperança de que se possa chegar ao desmascaramento dessas farsas sucessivas, e não há esperança de que um pouco de alento os venha levantar o velho, o cansado coração?!

Carlos Lacerda é um homem de quem muitas vezes me afastei: é um homem de quem divergi, de quem divergirei, provavelmente, visto que nossos temperamentos raramente se coadunam. É uma paixão desencadeada, é um tumulto desoprimido pelo talento e, muitas vezes, uma imprudência militante. Nunca, porém censurei eu, nunca me levantei eu, nem me levantaria contra os que, no legítimo exercício do revide às injúrias de que acaso tenham sido vítimas, num desforço autêntico e direto, pudessem procurar medir-se com o bravo e indomável jornalista.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Permite V. Exa.?



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Brasileira

O SR. AFFONSO ARINOS - Com prazer.

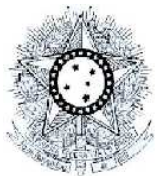
O Sr. Aliomar Baleeiro - Também eu algumas vezes divergi de Carlos Lacerda. Devo, entretanto, deixar claro nos Anais da Câmara meu depoimento de que essa paixão a que V. Exa. se referiu, o tumulto militante que é peculiar do caráter daquele nosso concidadão, sempre, sempre e sempre se desenvolveu no sentido das grandes causas nacionais dos maiores ideais do povo brasileiro.

O SR. AFFONSO ARINOS - Muito obrigado ao nobre Deputado.

O que realmente me deixa perplexo é essa idéia de mancomunação tranqüila do entendimento sossegado, apartado e protegido daqueles que tendo a sensibilidade pessoal menos viva, ou menos forte do que o instinto de conservação, colocam esse instinto acima daquela sensibilidade e promovem através de uma administração feliz dos seus próprios sentimentos aquela transferência de risco, aquele seguro de risco que se chama empreitada do assassinio.

O que é grave no Brasil de hoje é que todos nós da oposição e do governo, todos nós da Polícia, do Exército da Marinha e da Aeronáutica, todos nós da universidade e da Igreja, dos clubes estudantis e das agremiações esportiva; lavradores, operários, intelectuais, diletantes, todos nós, neste País, sem nenhuma exceção sabemos que os homens que mataram o Major Vaz não queriam absolutamente matar Carlos Lacerda nem o Major Vaz. Encontravam-se a serviço de outros homens que estavam, esses sim, interessados em que desaparecesse aquela vida que para eles é uma causa permanente de morte, aquela vida física que é como o veneno letal para muita vida moral e que de cambulhada levaram também de sobejo, adicionaram de quebra qualquer coisa sem importância: a vida de um acompanhante, ou seja o destino de um soldado do nosso céu. Todos nós estamos certos disso e o silêncio desta Casa é uma prova de que eu falo a verdade. Todos nós estamos seguros de que os intuitos primeiros, de que as fontes originárias daquele crime não estavam no punho homicida, no dedo que acionou o gatilho, na mente que fez curvar-se o músculo daquele dedo, estavam além estavam mais longe. Situavam-se alhures entre alcatifas e pelúcias, entre móveis e cristais preciosos, entre risadas e alegrias, entre ordens secas e demonstrações de poder. Quem são? Quais são? Onde estão? A nossa geração se desonrará se não responder a estas perguntas. (Palmas). Quem são? Quais são? Onde estão?

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto - V. Exa. acaba de fazer uma acusação muito grave. Lembro apenas a V. Exa. há homens que no desejo de servir, chegam a cometer



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

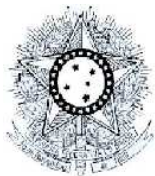
Escrevendo a História - Série Brasileira

crimes bárbaros. Mas, o que posso asseverar a V. Exa. - porque tive ainda ontem contato com estas pessoas a quem V. Exa. deseja referir-se é que elas estão mais do que quaisquer outras, acabrunhadas com o sucedido, e querem apenas que se esclareça totalmente esse fato para que a Nação brasileira não fique fazendo sobre elas o juízo que tristemente V. Exa. está fazendo.

O SR. AFFONSO ARINOS - Meu caro colega, agradeço a honra do seu aparte, mas desejo desde logo, salientar no seu próprio conteúdo algumas - como chamarei eu? - imperfeições que me proponho a retificar. Não faço acusação a quem quer que seja. Estou, na mais alta tribuna do País, servindo de eco, de transmissor de uma acusação nacional. Esta acusação não está condensada, não está cristalizada, não está personalizada até este momento em nenhum nome que eu saiba. Está entretanto, firmemente corporificada num sistema de governo que tem sido a desgraça deste País (Apoiado. Palmas). Está no entanto, alinhada em um grupo que se apossou dos instrumentos de governo para praticar o contrário daquilo que tinha sido programa da sua própria ascensão.

Não cito nomes. Não refiro pessoas. Não incrimino indivíduos. Apenas insisto em que aqueles que desejam ter imaculado seu nome nas páginas da nossa história aqueles que têm interesse em retirar de sobre a sua memória os baldões e as acusações do crime e da covardia, devem realmente fazer aquilo que o aparte do Deputado Augusto do Amaral Peixoto não chegou a concluir. Não devem, apenas confranger-se e molestar-se; não devem apenas, sofrer a se amargar, mas tomar a dianteira, formando conosco, que estamos realmente interessados na elucidação dessa lodosa tragédia, na posição em que temos o direito não apenas de exigir mas de fiscalizar; de acompanhar, de seguir e de deblaterar, se for preciso.

O Sr. Vieira Lins - Aliás, quando V. Exa. conclama todos os homens a sentir da mesma forma e a agir da mesma maneira eu devo lhe asseverar antes os próprios apartes que dei ao discurso do digno Deputado Baleeiro, nós, os homens que estamos honestamente com o Governo, também pensamos assim, também queremos assim. Daí a razão porque afirmei há pouco que, na realidade, se viéssemos apurar a responsabilidade de homens ligados ao Governo, ligados a quem quer que seja, mas que fosse realmente mandante do crime dessa natureza, nós da Câmara, não negaríamos o direito de punir esse homem, para que a Justiça dissesse a última palavra. Se o disse foi na certeza absoluta de que estamos todos honestamente condenando o erro achando



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Brasileira

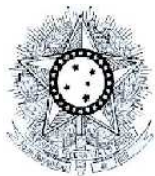
hediondo e horrendo o que se passou, e, ao mesmo tempo, desejosos de que a Justiça esclareça e puna os culpados porque não estamos apenas defendendo um homem digno que se foi, mas a nobreza da nação e a sinceridade do regime, em que vivemos.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Permita-me o nobre orador. Dado que temos notícia de que as pessoas acusadas, ou pelo menos suspeitadas, estão no sincero e firme propósito de que se esclareça totalmente a verdade, aflora ao espírito logo uma sugestão. Assim como se afasta qualquer pobre diabo que chefia uma seção, uma repartição, quando há um inquérito - às vezes sem envolvê-lo, apenas porque há suspeita de que tivesse complacência para com os subordinados - do mesmo modo, no caso concreto em que a suspeita da nação converge para o Presidente da República ou para os parentes mais próximos ou dependentes ou para os seus validos, evidentemente impõe-se que a sinceridade do Sr. Getúlio Vargas se expresse através do seu afastamento do cargo, para que, em condições de absoluta imparcialidade e segurança, este crime fique, de uma vez por todas, esclarecido.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto - Permita o orador conclua o meu aparte e responda já agora ao Deputado Aliomar Baleeiro. O que S. Exa. deseja é apenas isto: o afastamento do Presidente da República. Mas, perguntaria ao ilustre colega: a quem interessaria esse afastamento?

O Sr. Aliomar Baleeiro - À Nação.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto - Quais seriam as conseqüências desse afastamento? O que a todos deve interessar é apenas o esclarecimento deste crime monstruoso. E, quaisquer que sejam os criminosos, estejam eles onde estiverem deverão ser punidos. O inquérito está sendo feito, com a maior isenção de ânimo. Todas as providências estão sendo tomadas, não só pelo Ministro da Justiça, como pelo Chefe de Polícia, como pelo encarregado do inquérito, assistido por um Coronel da Aeronáutica, insuspeito no caso, e assistido, vamos dizer, pela imprensa, que vem acompanhando todos os passos. Pergunto então: por que outras providências? Por que essa providência do afastamento espontâneo do Presidente da República? Parece, Deputado Aliomar Baleeiro, que já aí não se procura apenas a apuração de um fato, mas o que se quer, o que se deseja é criar novo problema político. Em solução apontada pelo Deputado Aliomar Baleeiro nós não podemos aceitar, porque o momento - e me permito repetir - o momento político nacional é o mais grave possível. Estamos atravessando uma situação que não nos permite saber o que se passará dentro de uma hora. O que precisamos



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

fazer é criar um clima de tranqüilidade para que a Polícia e as autoridades possam, em paz, apurar as responsabilidades e a Justiça condenar os criminosos. Querer criar o caos, querer criar a anarquia é querer a impunidade dos criminosos, é querer atirar a Nação em situação que nenhum de nós pode antever.

O Sr. Aliomar Baleeiro - Meu nobre colega, evidentemente o caso político já está criado. Só a insensibilidade do Sr. Presidente da República poderá desconhecer a desagregação que a autoridade pública no momento sobre no País. A crise moral que atingiu o Governo faz com que a própria eficácia do Poder Executivo tenha desaparecido. Entretanto, a permanência do principal suspeito, direta ou intimamente diante deste crime, no mais alto posto do País, faz com que gere no espírito público essa dúvida de que as autoridades não dispõem de todos os meios para completo esclarecimento da verdade, sobretudo daquela que mais interessa à Nação: conhecer os mandantes. Os executores materiais do crime são pessoas secundárias, que tenho muito receio de que se suicidem. Agora, os mandantes, esses a Nação precisa conhecer.

O Sr. Breno da Silveira - Ouvindo com atenção o aparte do Deputado Amaral Peixoto, queria apenas lembrar a S. Exa. que uma das pessoas presas é um dos principais envolvidos nos acontecimentos. Esse elemento está ligado ao Estado do Rio, investigador que é da Polícia do Senhor Amaral Peixoto, Governador daquele Estado e nomeado há pouco tempo pelo Sr. Agenor Feio. Veja V. Exa. a máquina que funciona para o governo.

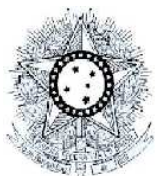
O Sr. Augusto do Amaral Peixoto - Permita V. Exa um aparte?

O SR. AFFONSO ARINOS - Antes que V. Exa. me aparteie queria, apenas, para elucidá-lo com relação a esse detalhe, assegurar-lhe que, realmente, o chofer Raimundo de tal, não me lembro do nome completo, tem uma carteira de investigador do Estado do Rio, a qual se acha à disposição dos curiosos, e provavelmente vai ser fotografada e publicada nos jornais e está firmada pelo Chefe de Polícia Sr. Barcelos Feio.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto - Não nego, que seja absolutamente certo.

O SR. AFFONSO ARINOS - Apenas dei esse esclarecimento por uma gentileza para com V. Exa., a fim de que não fizesse uma afirmativa infundada.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto - Não vi ainda essa carteira. Creio tratar-se daquelas chamadas carteiras gratuitas que as polícias estaduais têm o mau hábito de fornecer para fins políticos. Agora, entre esse cidadão possuir uma carteira gratuita e pretender-se ligar o crime com o governo do Estado do Rio vai uma grande distância.



Posso assegurar a V. Exa. que, a frente do Governo do Estado do Rio se encontra um homem incapaz de estar conivente com um crime dessa natureza (muito bem). O Governador não só condena o crime como exige a punição dos criminosos.

O SR. AFFONSO ARINOS - O problema não se situa no Palácio do Ingá.

O que eu dizia é que nós não estamos no memento a debater o assunto para edificação nacional e, até certo ponto, para fadiga de V. Exa. O debate se vai manter porque temos a obrigação moral de acompanhar detalhadamente o desenrolar dos acontecimentos até o fim. O problema, como disse no início do meu discurso não se situa propriamente na incriminação de personalidades e menos na de altas personalidades. Ele se situa na condenação formal de um sistema de governo. Um Governo onde o Chefe de Polícia, responsável pela tranqüilidade pública oferece uma carteira de investigador a um bandido que vai assaltar um jornalista e matar um aviador é, evidentemente, um Governo cuja Polícia precisa ser objeto de reforma e de atenção.

O Sr. Tristão da Cunha - E esse bandido fica comissionado na Polícia do Catete.

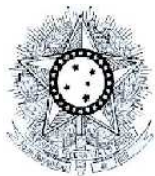
O Sr. Augusto do Amaral Peixoto - Não se pode chamar bandido ou incriminar alguém senão depois do cometido o primeiro crime.

O SR. AFFONSO ARINOS - Estou aceitando a hipótese de ele vir a ser incriminado neste de que estamos tratando.

O Sr. Breno da Silveira - Permita-me V. Exa. completar o aparte. Trata-se de um investigador extra da Polícia do Estado do Rio, nº 1.219, registro 84.696, série V, 42-36, seção V 43-22, nomeado pelo Coronel Agenor Feio, em plena atividade no Estado do Rio.

O Sr. Getúlio Moura - Quero assegurar a V. Exa. que os investigadores-extras do Estado do Rio já foram exonerados há cerca de um ano. Estas carteiras não têm mais nenhum valor. Quem quiser verificar os arquivos e as portarias da Secretaria de Segurança do Estado do Rio terá a confirmação de que essas carteiras foram todas cassadas. Ocorre o seguinte: alguns não as devolveram. Elas porém não estavam mais em vigor, porque foram substituídas pelas carteiras de auxiliar de polícia, legalmente nomeados, através de uma autorização do Governador do Estado. Se é carteira de investigador-extra, não tem mais vigor, não tem maior valor na Polícia fluminense.

O SR. AFFONSO ARINOS - Meu caro colega Getúlio Moura, duplamente colega, porque o fomos nos saudosos tempos do Internato Pedro II, V. Exa. está levando o meu discurso, ou o debate, exatamente para o campo que, no momento, me parece menos



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

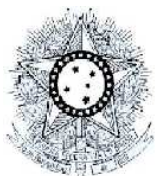
aconselhável. Acho que se nós, na discussão das responsabilidades políticas, nos deixarmos entremear pelos debates das afirmativas e da apresentação dos pequenos casos particulares, que têm um desdobramento infinito dentro de cada processo policial ou criminal, estaremos tumultuando o discurso, retirando a força das posições e esmaecendo, de qualquer forma, pronunciamentos que são altamente significativos, tanto da parte da maioria como da minoria.

Não estou, com estas palavras, procurando fazer qualquer crítica à atitude de V. Exa.: estou apenas me escusando de acompanhá-la, de lhe dar, com a cortesia e a amizade impõem, uma resposta a esse aspecto em que V. Exa. coloca o debate. Não debatarei, aqui, as pequenas questões do processo, os detalhes dos regulamentos, os fatos miúdos retirados aos prontuários. Quero declarar que se trata de assunto da mais transcendental significação, assunto da mais importante matéria política, crime de que, realmente, não se pode duvidar, porque não há regulamento, porque não há interpretação casuística de lei, porque não há providência de autoridade subordinada que consiga estancar aquele sangue que jorrou das artérias do aviador, que consiga restaurar no convívio do lar aquele ente que desapareceu para sempre, não existe artifício de advogado, nem manobra de legista que consiga tirar de sua realidade esses fatos brutais, que são a agressão e a morte.

Diante desses crimes, o que nos compete analisar, acentuar e declarar é que contra o maior adversário que o Governo tem no jornalismo de oposição e contra um membro da Força Aérea Brasileira, que estava ao lado do amigo e companheiro, porque o sabia em risco e que estava ali, por conseqüência, em missão consciente, voluntária e deliberada, que contra um e outro urdia-se uma trama de assassinio e que, nessa trama de assassinio, são apanhados com a boca na botija, com o pé na armadilha, com a mão na cumbuca, um investigador do Palácio do Ingá e m investigador do Palácio do Catete.

Isto é muito importante, é de uma significação indiscutível, é de uma verdade translúcida. E isto é que precisamos analisar, investigar, desdobrar e chegar até às últimas conseqüências, para ver o que se pode retirar dessa caracterização.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto - V. Exa. está cometendo grave injustiça, ao declarar que se trata de um investigador do Palácio do Ingá. Em primeiro lugar, conforme afirmou o Sr. Deputado Getúlio Moura, esse investigador não é mais do Estado do Rio, e, se fosse, não seria investigador do Palácio do Ingá, mas, sim, da Polícia do Estado do Rio.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

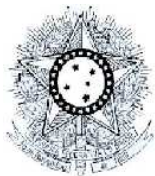
Escrevendo a História - Série Brasileira

O SR. AFFONSO ARINOS - Retifico, pedindo desculpas, a V. Exa. Não se trata de um investigador do Palácio do Ingá. V. Exa. tem toda razão, porque sou, como dizia Montaigne, um homem que tira o chapéu à verdade, tão logo a divise no horizonte. V.Exa. tem razão. Não se disse que ele é investigador do Palácio do Ingá. O que se disse foi que ele é um investigador nomeado pelo Chefe de Polícia do Governo do Sr. Amaral Peixoto. Para V. Exa. talvez isso não tenha importância, mas para nós tem muita e nós queremos valer-nos exatamente das prerrogativas do nosso mandato de oposicionistas, queremos apoiar-nos nos poderes que a Constituição nos oferece, como membros do Congresso Nacional para mostrar, até onde seja possível, com apoio em todas as forças que conosco quiserem colaborar, que esses fatos têm importância, em que se baseiam eles, em que estão fundados, porque esta conexão e esta coincidência podem ter resultados espetaculares e catastróficos na política nacional.

O Sr. Tristão da Cunha - Uma coisa ninguém contesta: que o executor do atentado saiu dos quintais do Catete.

O Sr. Frota Aguiar - Outra coisa que ninguém contesta: o co-autor do crime, o motorista, antes de ser investigador no Estado do Rio, foi barbeiro na Rua do Catete e teve oportunidade de servir pessoas da guarda do Sr. Presidente da República.

O SR. AFFONSO ARINOS - Sr. Presidente, o inquérito não está se processando de forma a merecer os sinceros - eu estou certo - os irrestritos elogios aqui ouvidos da parte do Almirante Augusto do Amaral Peixoto. Há muitas falhas, e graves falhas, no inquérito. Há falhas que podem denunciar uma intenção maliciosa de perturbar e tumultuar o inquérito. Ouça o meu eminente colega essa declaração que aqui peremptoriamente, faço: não desenvolverei no dia de hoje os fundamentos dessa declaração, que vamos fazer oportunamente, porque estamos aqui, no momento, para acompanhar esse inquérito e não quero, como disse, perturbar a linha que tinha traçado a nossa bancada - e já incumbi um dos seus membros de acompanhar esse inquérito - com a análise das restrições que temos às providências que, até agora, têm sido tomadas. Elas são em muitos pontos mais do que viciosas, suspeitas. Elas denotam um cuidado erudito, um cuidado doutrinário, em elidir a validade das provas que, aparentemente, estão sendo apresentadas. Como quem não quer; como por acaso, estão-se fazendo coisas e estão-se colhendo na polícia provas que um Promotor de Justiça, como eu fui, ou como foi o Sr. Sobral Pinto; que um advogado alerta, como o Sr. Adauto Lúcio Cardoso, percebe muito bem. Essas providências são passos iniciais para a dissolução



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

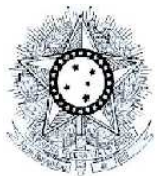
ou desmilingüição - se assim me permitem os puristas - para o desaparecimento na fase judiciária da validade jurídica destas provas que aparentemente, estão sendo coligidas.

Com esta declaração inicial quero apenas abrir os olhos daqueles que acaso assim estejam procedendo de “modo próprio” e, deliberadamente, para as circunstâncias, de que não nos está escapando esta manobra e que teremos elementos para invalidá-la ou enunciá-la pelo menos de forma mais clara.

Mas, como disse, isso será objeto de explanação posterior daqueles nossos companheiros que tiveram daqueles nossos companheiros que tiveram a incumbência, aliás já dada por mim, de acompanhar, como Deputados, o desenrolar desses trabalhos.

Queria dizer ao nobre Deputado Amaral Peixoto que, sem qualquer influência de quem quer que seja, sem mesmo ter conversado com o Deputado Baleeiro a respeito da sugestão que S. Exa. formulou, sem ter ouvido a minha bancada e sem ouvir os meus companheiros, civis ou militares, que comungam conosco a mesma orientação e o mesmo pensamento, eu havia pessoalmente chegado àquela mesma conclusão. Tinha achado eu neste caso, especificamente político, porque a ninguém será lícito conceber esse atentado tenha outros objetivos senão os políticos, que neste caso especificamente político, o interesse político do Sr. Presidente da República é de não o responsável, nem mesmo virtual, nem mesmo honorário dos resultados desta investigação. Se não vejamos. Temos que encarar duas hipóteses no caso. Sinceramente, não desejo, por mim, a pior, acredite V. Exa. Não sou um odiento, não tenho razões para ter ódio de qualquer das pessoas que estejam envolvidas, lembradas, sugeridas, pelo povo - notem bem, não por nós, - no decurso destes últimos dias. Não tenho ódio ao Sr. Presidente da República, não tenho ódio ao ilustre Governador do Estado do Rio. Pelo contrário, temos, há mais de vinte anos, relações, se não de amizade, pelo menos de constante e inalterável cortesia. Quando jovens trabalhamos ambos, ele e eu, ele, então modesto, desconhecido tenente da nossa Marinha, eu, jovem bacharel também modesto desconhecido, trabalhamos conjuntamente em uma comissão na Europa. E lá éramos membros dos poucos que trabalhavam, passávamos coisas à máquina, traduzíamos documentos, tomávamos a sério a nossa função, com aquele ardor - ai de nós! - nem sempre perene da mocidade.

Não tenho, por consequência, nada contra S. Exa.: não tenho nada contra o Deputado Lutero Vargas, a quem não conheço, não que me tenha recusado a conhecê-lo, é porque jamais tive oportunidade de um encontro com S. Exa. Apenas acho, apenas



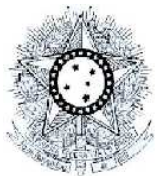
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

digo, apenas insisto em que neste momento ele devia estar aqui, nestas bancadas, pressentindo, ouvindo, suspeitando, descobrindo no ar quaisquer rumores que viessem a condensar ou convergir sobre sua cabeça para saltar em defesa própria. Aqui devia estar S. Exa. Esta, a minha única ressalva. Nada tenho contra qualquer pessoa que venha a ser mencionada neste debate ou nos cochichos da rua. Por isso digo: se, infelizmente, bem levados os trabalhos de investigação: se infelizmente, para o Governo, para a oposição, para o Brasil: se, infelizmente, se acumularem indícios procedentes, se acumularem indicações peremptórias que visem inculpar qualquer dessas altas personalidades no objeto crime, digo a V. Exa.: neste caso - melhor seria que o Sr. Presidente da República, contra quem, ao que eu saiba, atualmente nenhuma acusação pessoal foi feita, mas a quem considero responsável único, responsável principal, responsável permanente, há 24 anos, por este estado de incerteza, de dissolução, de confusão e de desordem de todas as normas naturais do governo deste País - melhor seria não estivesse S. Exa. como responsável final por este resultado incriminatório. Por quê? Meu raciocínio é simples. Simples talvez demais, simulista, simplório. Feitas as contas, ajustados os fatos, se supusermos que grandes figuras da política nacional - e não nos concentraremos nestes dois: vamos além a governadores, a ministros, a outros responsáveis possíveis - estão envolvidos nisso, se houver congressistas, acaso, envolvidos neste episódio e for pedida licença para seu processamento criminal, licença que a Câmara contraditoriamente já negou uma vez, ficaríamos nesta conjuntura insolúvel, ou bem a Câmara concederia essa licença e o velho pai estaria alanceado e moralmente deposto, porque teria aqui e ali, dum lado e doutro da baía, como responsáveis pessoas de seu sangue ou de sua casa, por crime em que sua família se atiraria contra as armas do País, ou verificada a procedência - e sempre insisto neste particular - verificada a procedência das suspeitas, a Câmara negaria a licença para o processo e, então, ela é que estaria deposta, é que deveria ser deposta, porque concordaria em que, reconhecida embora a lisura de um inquérito procedido contra um de seus componentes, ficasse esse crime nefando impune e a afronta levantada contra as Forças Armadas nacionais.

É uma situação de inexplicável complexidade de indiscutível gravidade, a que o Senhor Presidente da República deveria prestar atenção, não ouvindo aqueles que por sentimentos de boa formação, de lealdade pessoal, os mais nobres, ou por outros sentimentos, que me excuso de definir, os menos nobres, lhe recomendam, não obedeça



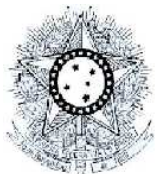
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

à voz da razão: não ouvindo a nós que Sua Excelência sempre suspeita de estarmos procurando afastá-lo de posição que conquistou com grande vitória sobre nós, mas a si mesmo, a seus melhores impulsos, às suas mais inspiradas e elevadas reflexões. Afastar-se, licenciar-se, renunciar, são coisas que ocorrem nos países democráticos, que têm ocorrido muitas vezes e muitas vezes sido remédio para a solução dos problemas políticos sem remédio. Há, nele, muitas vezes, um coração cansado, cérebro desencantado, uma alma fatigada por experiências negativas, a consciência de uma carreira que poderia ter sido um grande destino histórico, carreira de um homem a quem foi dado realizar as três grandes revoluções que a República jamais empreendeu - a revolução liberal, a revolução ditatorial, a revolução trabalhista ou revolução social e que não realizou nenhuma delas, porque não tem o espírito do revolucionário verdadeiro, porque não tem inclinação e a envergadura de um verdadeiro estadista, porque não é senão um amoroso permanente, um cobiçoso constante, um enamorado inalterável do Poder, não do Poder pelo que ele tem de construtivo, não do Poder pela força que representa, do domínio sobre os demais, mas o Poder como instrumento, como jogo de instrumentos, como acumulação de processos, como síntese de providência para submeter os outros a si. Esta a meu ver, a chave da personalidade do eminente Senhor Presidente da República, S. Exa. não tem aquele influxo poderoso do homem nascido para o Poder, tanto assim que atrai, e abandona, desiste, larga o Poder quando em risco a manutenção dos instrumentos desse Poder. O que S. Exa. quer é o monopólio dos instrumentos do Poder, ainda que do Poder não disponha: o que S. Exa. quer é dizer que tem a Polícia, ainda que esta esteja inerte e que outras forças sociais estejam muito justamente e muito logicamente atuando em vez da Polícia; o que Sua Excelência quer é ter aquela máquina, aqueles aparelhos, aqueles contatos, aquela alavanca com que o Poder se pode restaurar quando passam as crises, para que passadas essas crises, esquecidas na memória volúvel dos homens, mais volúvel do que a escrita do mar sobre as areias, mais volúvel do que a sombra, do que o risco do pássaro nos céus, para que, depois de ter, na memória vulnerável dos homens, desaparecido os derradeiros resquícios da última revolta, o Poder se restabeleça, pela utilização de seus instrumentos e o domínio das personalidades se renove, pelo restabelecimento desse poder.

Esta, a meu ver, a grande chave, a tragédia inútil, a monótona, a monocórdia, disciplinada, a tediosa tragédia do Sr. Getúlio Vargas. Para manter um Poder que não exerce, para servir-se de uma força que não utiliza, para usar dos instrumentos de que



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

não dispõe, amortece o País, aniquila as resistências, confunde os valores, desbarata as esperanças, desgraça a Nação.

Senhor Presidente, estas as primeiras palavras com eu venho, como líder de minha bancada, embora incerta e contraditoriamente, exprimir o pensamento que nos une. Nosso pensamento pode ser, afinal, corporificado, sintetizado nesta deliberação firme: - Havemos de acompanhar até o fim este caso, que será a coroa de louros ou o caixão da República! - (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).